



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO OITOCENTOS E VINTE E UM

Aos vinte e três dias do mês de junho de 2020, às dezenove horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação, mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente Pedro Gilson Jahn, o Vice-presidente Ademar Gauger, o Primeiro Secretário João Carlos Jahn, o segundo Secretário Claudir Antônio Ludwig e os vereadores: Luiz Felipe Werner, Bernardino Scottá, Dalcir Luis Ebeling, Laudir Abel e Marino Pedro Zagonel. O Presidente deu início a Sessão cumprimentando os presentes. O Secretário leu um trecho da bíblia. Foi lida a ata da sessão ordinária do dia 16 de junho a qual foi aprovada por unanimidade. Foram lidos os caputs dos PLs que deram entrada na Câmara. PL 2418 que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo a empresa Manguoplast Indústria de Mangueiras Ltda, nos termos da Lei 550/1998 e suas alterações. PL 2420 que abre crédito especial por redução orçamentária no valor de R\$ 1.500,00. Passando a análise dos projetos o Presidente colocou em pauta PL 2410 que autoriza o Poder Executivo a adquirir uma área de terras e suplementar crédito no valor de R\$ 314.000,00. O projeto fora objeto de pedido de vistas do vereador Claudir. Foi lida a emenda apresentada que propunha o pagamento da área dentro do exercício de 2020. Foi lido também ofício encaminhado pelo CPM da EMEI Arco Íris o qual relata a necessidade de uma escola unificada. Claudir libera o projeto para a pauta e diz que a reunião realizada com o núcleo escolar foi bem importante, pois foi possível uma grande troca de ideias e assim é possível ter uma visão mais ampla do projeto e da necessidade de uma escola. Assim o Presidente passou a palavra a Presidente do CPM da EMEI Arco Íris, conforme solicitação feita por escrito. A Presidente do CPM explanou as dificuldades, principalmente na estrutura da escola. Falou também do desejo de todos os pais de ter uma escola de verdade, inclusive antes da Pandemia estavam fazendo um abaixo assinado solicitando isso ao Executivo. Comenta sobre a lista de espera e da necessidade ter um espaço adequado para abrigar as crianças. Quanto ao terreno, diz que realmente os pais não tem qualificação para avaliar, mas todos devem concordar que deve ser um espaço com um bom acesso e com uma boa área externa para pracinha e horta. O projeto foi colocado em discussão. Claudir diz que não é contra, mas que é preciso pensar alguns anos para frente. Sugere que sejam analisadas todas as possibilidades, pois a creche deveria ser num lugar mais plano. Comenta ainda que o muro de contenção seria, segundo a equipe de engenharia, de aproximadamente 7 metros, além disso precisaria ter uma rua larga de acesso e um bom estacionamento. Diz que a logística lhe preocupa, pois precisaria ser feito um investimento alto para adequar o terreno antes de instalar a escola. Registra que não é contra a creche, muito pelo contrário se coloca a disposição para buscar um melhor lugar e ajudar no possível para que a mesma seja construída num lugar propício para uma escola. Dalcir diz que no momento é preciso confiar nos técnicos da administração, concorda que o imóvel a ser adquirido está localizado numa área nobre da cidade e que toda aquisição de área é importante. Acredita que os pais e professores devem ser sim consultados quando existir um projeto pronto de escola. Ressalta ainda que mesmo que não for utilizada para construção de uma creche poderá ser utilizada para outra coisa que também será importante para o Município. Comenta sobre o terreno adquirido para a construção da sede da Prefeitura e ao final foi utilizado para construção do Posto de Saúde, diz que não está errado, pois foi utilizado para construir algo útil para a comunidade. Marino comenta que a área vem somar a outra área da Prefeitura, destaca que é uma boa oportunidade para a Prefeitura pelo tamanho da área e valor. Concorda que sim deve ser projetado pensando em atender mais alunos que hoje é atendido. Ressalta que a área é boa e que pode ser utilizada para outra coisa, caso a creche não seja construída naquele local. Diz ser favorável ao projeto. Bernardino diz que também teve duas crianças que viveram a realidade colocada pela Presidente do CPM, diz ser uma questão estrutural e essencialmente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

pedagógica, diz ainda que para sonhar com uma creche primeiramente é preciso ter uma área de terras. Endossa o abaixo assinado feito pelos pais e a título de informação, comenta que o município buscou uma área de terras próxima a Assunta Fortini, o valor seria de no mínimo um milhão e meio de reais. Comenta sobre o Ginásio Municipal, que na época o projeto era de um único pavimento. Com a ajuda da engenharia foi feito em dois pavimentos e assim se pôde instalar a escola de educação infantil embaixo do ginásio, comenta que na época que foi fechado o pavimento inferior, o secretário de Educação era o atual Secretário da Administração e que as janelas foram conseguidas através do Governo do Estado. Concorda com todas as colocações, mas é preciso sonhar com uma escola que atenda todas as necessidades da comunidade. Laudir cumprimenta à todos, concorda com as colocações feitas até o momento, diz que sua filha frequentou a escola do ginásio que era pra ser provisória e hoje já fez carteira de motorista e a creche continua no mesmo lugar. Concorda que o terreno é barato, mas pode se tornar caro para adequar para uma construção, pois em um ano de pandemia e de crise 314mil pode ser 10% de uma construção de creche num terreno melhor. Comenta a dificuldade de trânsito existente defronte a Carlos Gomes, imagina como seria no terreno sugerido. Concorda plenamente com a unificação da creche, pois seria possível uma grande economia. Diz que ficou surpreso com o número da fila de espera apresentado pela Presidente do CPM. Ressalta ser totalmente favorável a construção de uma creche, mas num terreno adequado. Diz ainda que analisando a foto, está se decidindo algo sem conversar com o Força e Luz, sim eles estão numa área pública, mas se trata de uma das mais antigas associações da cidade e merece ser respeitada. Felipe cumprimenta a todos, diz ser importante a presença do CPM da escola, mesmo acreditando que não foi o momento certo para a realização desta reunião. Diz ainda que um dos motivos que o motivou a entrar para a política foi a Educação Infantil. No início de seu mandato realizou várias visitas as escolas, acabou por deixar de fazer por não aceitar algumas situações, principalmente quanto a escola no Ginásio. Lembra que ele e o colega Dalcir estiveram no MEC e eles foram bem claros da necessidade do município dispor de uma área de terras antes de solicitar uma escola. Para avaliar se o terreno serve ou não, é preciso analisar o projeto pronto, mas diz que por encostar em outras áreas do município lhe anima a ideia. Acredita que não é desperdício de dinheiro, pois a Administração vem gastando onde não haveria necessidade como alugueis que estão sendo pagos. Sua posição é favorável ao projeto, ressalta que desanimou um pouco na busca de uma escola infantil porque esbarrou justamente na falta de área de terras para a construção. Lhe assusta o número de crianças na fila de espera e daqui a pouco não será possível abrigar todos no mesmo espaço. Se coloca a disposição do CPM da escola. Ademar diz que quem compra terra sempre ganha, se o terreno não é adequado para a creche, pode ser utilizado para outra coisa. Diz ser favorável ao projeto. Ressalta ainda que o problema sempre é o estacionamento, que precisa ser amplo. Diz ainda que não se pode deixar de aproveitar a oportunidade de comprar terras próximo de casa. João Carlos concorda que se deve comprar próximo de casa, mas quando se tem dinheiro para investir. Isso lhe preocupa um pouco pois há várias demandas no município. Não é contra a aquisição de terras, mas acredita que este valor a ser investido poderia servir também para mobiliar a creche de Linha Francesa Alta que assim que for colocada em funcionamento atenderá todas as crianças do interior que hoje frequentam a escola aqui da sede. Diz ainda que o terreno pode ser considerado barato, mas pode se tornar caro. Acredita que ninguém da Prefeitura teria interesse na aquisição uma vez que a terra faz divisa direta com áreas da Prefeitura e não possui um acesso amplo. Comenta sobre a fila de espera, dizendo que solicitou a informação do número de crianças desta fila. Segundo o Executivo, no mês de maio, havia 34 crianças, hoje a Presidente do CPM informa que são em torno de 100. Diz que alguns dados não fecham e que o número é bem maior do que foi passado pelo Executivo, diz que a creche é

Aux



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

extremamente necessária, e é obrigação da municipalidade. Pedro Gilson lembra a equipe diretiva que participou da reunião realizada, diz que não é contra a aquisição de uma área de terras desde que haja dinheiro para a aquisição. O terreno é ótimo dependendo do que será construído lá. Apresenta dados dizendo que se analisar bem já estaria faltando espaço na construção nova. Para conseguir uma escola de educação infantil o município teria que dispor de uma área de 40x60 apenas para a construção, sem contar tudo o que foi comentado até então. A área a ser adquirida não possui tal metragem, já não seria aceito o projeto no FNDE. Quanto ao declive, comenta que segundo o FNDE poderia ser de apenas 3%. Ressalta ainda que já sugeriu por diversas vezes a aquisição do terreno atrás do hospital, como o município é o grande mantenedor do Hospital, poderia ser negociado um Decreto amigável, sendo que esse valor a ser gasto na aquisição do terreno poderia ser utilizado para adequar este outro terreno. Foi colocada em votação a emenda ao Projeto, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Assim o Presidente colocou o projeto em votação. O projeto foi aprovado com seis votos favoráveis dos vereadores Marino, Dalcir, Bernardino, Ademar, João Carlos e Luiz Felipe e dois votos contrários dos vereadores Laudir e Claudir. Em seguida foi lido PL 2414 que revoga as Leis Municipais nº 1334 de 28 de abril de 2007 e nº 1356 de 16 de abril de 2008. O parecer da comissão é favorável e o projeto é colocado em discussão. Laudir parabeniza os envolvidos em recuperar essas áreas de terras para o município. Bernardino diz que historicamente houveram casos de áreas doadas à empresas que se transformaram em sítios ou coisas do tipo, destaca a demanda aprovada pelos vereadores de que se não for cumprido o termo de compromisso a área volta a ser de propriedade do Município. Assim o projeto foi aprovado por unanimidade. Foi lido em seguida PL 2417 que revoga a Lei Municipal nº 1449 de 08 de julho de 2009. A Comissão emitiu parecer favorável e o projeto é colocado em discussão. Não havendo maiores considerações por parte dos vereadores, o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lido PL 2419 que acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei Municipal 2232 e revoga as leis nº 2354 e nº 2375. O parecer da Comissão é favorável e o projeto é colocado em discussão. Marino comenta da exigência da Caixa de utilizar o FPM como contra garantia. João Carlos diz que no outro projeto houve um erro de digitação e este vem para adequar a Lei. Laudir diz que na verdade no outro projeto havia sido revogado o parágrafo único. O Presidente comenta que este projeto entrou para análise, tão logo deu entrada na Câmara devido a urgência e a necessidade desta alteração. Assim o projeto foi aprovado por unanimidade. Foi lido a seguir o Veto total ao PL do Legislativo 123. A comissão emitiu parecer pela derrubada do Veto e o mesmo é colocado em discussão. Laudir diz que não foi de fato entendida a questão da liberdade econômica, pois o projeto não se aplica para os empresários e sim para aqueles que pretendem empreender, facilitando os trâmites para essas pessoas. Ressalta que não é um projeto de atualização tributária e sim de liberdade econômica. Claudir comenta que há pessoas que gostariam de empreender mas tem medo de fazê-lo pela burocracia, se amparado em Lei um tempo de cerca de seis meses de teste e após esse período houver a legalização, muitos teriam a motivação necessária para tentar. Pedro Gilson diz que conforme já comentou na discussão do projeto, diz que não está estabelecido este prazo por exemplo, o projeto aprovado está de difícil interpretação e que elaborar o Decreto baseado no projeto seria inviável, uma vez que o projeto não prevê normatização alguma. Marino comenta que em vários municípios está complicada a aplicação do referido projeto pela aplicabilidade do mesmo. Diz que seu voto é pela aprovação do Veto. Bernardino diz que não se ateve a questões pontuais, não acredita que seja inconstitucional, concorda que pode haver muita subjetividade, mas de forma alguma está se invadindo a área tributária. Sita o exemplo das manicures, que existem várias que não estão legalizadas. Comenta que quem define as atividades impactadas é o Executivo, apenas pretendem semear a possibilidade. Entende que alguns setores não concordam,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

mas é preciso fomentar a economia. A liberdade econômica permite vislumbrar que as atividades se desenvolvam e a normatização cabe ao Executivo. Diz que gostaria de analisar com mais calma o veto, pois não vê como interferência na Administração. Pedro Gilson diz que na Lei do Microempreendedor Individual já está normatizado. Bernardino diz que não tem nada haver com o microempreendedor está Lei. Laudir comenta que este projeto criou toda uma situação que não precisaria ter sido criada, a intenção era implantar uma Lei que já foi implantada a nível federal e estadual. Haveria interferência se o Projeto determinasse quais as atividades isentas ou prazo de isenção, mas essa prerrogativa é do Executivo. É uma Lei que atíça e não uma Lei que regra. Felipe diz que se surpreendeu com o auê criado, há um parecer do jurídico do Executivo e um do jurídico do Legislativo, ele confia no parecer do legislativo. Bernardino atenta que no parecer do Executivo nem menciona a liberdade econômica. Felipe diz ser contrário ao veto. Dalcir diz que lhe chama atenção que segundo o Presidente da Casa esta Lei já existe no Município há dez anos, mas foi aprovada a nível nacional somente no ano passado. Diz confiar no parecer da assessoria do legislativo. Pedro Gilson diz que foi aprovada quando foi instituída a sala do empreendedor, enviada pelo Sebrae, inclusive consta os QNAES específicos. Laudir diz que então o Decreto estaria pronto. Houve uma breve discussão. Pedro Gilson diz que defende o veto por se tratar de uma Lei que complica as coisas, diz que os colegas estão querendo fazer marketing, diz ainda que tem quatro anos para se fazer campanha. João Carlos comenta que teve dois de seus projetos vetados pelo Executivo e na época o colega Bernardino falava que seriam casos de sugestão ao Executivo. Diz que não é contra ao projeto, mas fica a dica. Bernardino diz que não se importa que seja através de sugestão, quer sim que as pessoas tenham facilidades em empreender. Laudir diz que não tem nada a ver com marketing, se fosse ele e o colega Bernardino teriam disputado a apresentação do projeto. Disse que recebeu a Lei do Deputado Jerônimo uma semana antes do Deputado ter apresentado a lei para o presidente e para o colega João Carlos na Expointer. Pedro Gilson diz que também recebeu a lei, deu uma lida, conversou com a DPM e diz que de nada adianta criar uma Lei e não aplicá-la. Por isso não entrou com a sugestão. Laudir comenta que a lei feita na época da sala do empreendedor só foi normatizada por Decreto quatro anos depois, nada impede que essa lei seja normatizada mais tarde. Assim o veto é colocado em votação, sendo derrubado por sete votos dos vereadores Bernardino, Dalcir, Ademar, João Carlos, Claudir, Luiz Felipe e Laudir, contabilizando um voto favorável do vereador Marino. Nas considerações finais Ademar agradece as melhorias feitas nas estradas, comenta que não adianta passar a patrula e não limpar as valetas, é preciso que o chefe de obras tome cuidado com isso. Pedro Gilson comenta sobre o muro que está sendo construído na escola de educação infantil de Linha Francesa, sendo que este muro está sendo feito bem próximo ao prédio, este fato desperdiça um amplo espaço que poderia ser utilizado para recreação e horta. Solicita ao Executivo que seja feito o muro conforme o projeto e se o projeto prevê desta forma, que seja feita uma alteração no projeto a fim de aproveitar melhor o espaço. Sugere a Secretaria da Saúde que realize melhorias na garagem provisória colocada nos fundos do antigo Posto de Saúde, que sejam feitas melhorias ou então que seja retirada a estrutura antes que desabe e traga prejuízos aos cofres públicos. João Carlos diz que em visita a Secretaria de Obras recebeu a informação do Secretário que as saibreiras do município estão ficando sem saibro, esta informação lhe preocupou. Assim questiona o Executivo se está procurando alguma saibreira e como de fato está a situação das saibreiras do município. Agradece a presença de todos. Claudir agradece a presença do CPM da escola e diz que de forma alguma votou contra a creche e sim contra a aquisição de um terreno que corre o risco de não dar certo. Se informou no FNDE e sabe que é um processo demorado. Enaltece que jamais votaria contra uma creche, mas da forma que foi apresentado o projeto foi contra gastar 315 mil em uma ideia que talvez não dê certo. Diz que gostaria



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

que desse certo de fato. Diz estar feliz por ver que as faixas de segurança estão sendo pintadas. Solicita a Secretaria de Obras que seja realizada a poda e o replantio das hortênsias nas margens da BR 470, diz que não é algo difícil de ser feito e que deixa a cidade com outra imagem. Comenta que falta sinalização em vários pontos da cidade, pois sempre recebeu a resposta de estaria no planejamento de execução, questiona se há previsão de melhorar a questão. Felipe também agradece a presença de todos e solicita informação de como ficou a situação da cessão de uso da área de terras do asfalto, que se instalaria em Vila Rica, questiona se ainda vão se instalar ou não, com isso sugere que o Executivo contate a empresa a fim de utilizar a sobra do asfalto nas ruas do interior. Laudir cumprimenta a todos, registra a importância da recuperação das áreas de terras que são doadas e não utilizadas. Enaltece o esforço da Administração quanto a cor da bandeira a ser respeitada. Destaca o término da obra do telhado e do elevador do hospital falando da importância de potencializar os recursos. Parabeniza pela aquisição do higienizador fabricado pela Redsplay e parabeniza a empresa pela doação de um desses aparelhos ao hospital São José. Marino solicita que seja encaminhado um ofício agradecendo a empresa Redsplay pela doação do higienizador ao Hospital. Destaca que a Administração sempre teve muita preocupação na prevenção da pandemia e a aquisição destes equipamentos é mais uma prova disso, pois a questão é séria e precisa ser tratada como tal. Sobre a sessão anterior e o comentário de um colega referente a secretaria da saúde e medicação, diz que é de responsabilidade do hospital no qual o paciente de oncologia está se tratando a realização de exames e não da Secretaria da Saúde, sobre o pagamento de exames em hospitais diz que se está divulgado no portal da transparência demonstra a boa relação que o município tem com outros hospitais, diz que é bom que o vereador traga essas questões a tona. Diz que esteve a frente da Secretaria da Saúde por 11 anos e teve todas as suas contas aprovadas, nunca precisou ajeitar alguma prestação de contas. Sugere ao colega que procure no ano de 2013 uma licença ambiental assinada pelo colega que na época era Secretário do Meio Ambiente, a qual se referia a uma área de preservação ambiental permanente com nascente de água, inclusive está em vara judicial até o momento. Ressalta que sempre prestou contas e saiu da Secretaria sem nenhum processo judicial. Lhe preocupa de que forma foi concedida esta licença. Diz que é muito importante que o colega continue a se preocupar com os pagamentos da saúde, mas se estão no portal da transparência é porque são legais. Encerra dizendo que quem tem telhado de vidro não deve atirar pedra no telhado dos outros. Diz ainda que é prerrogativa do gestor público definir o meio de trabalho e não entende porque tanta preocupação com a medicação tadafila. Ressalta que anda pela cidade de cabeça erguida e que é preciso ter cuidado com os questionamentos a fim de não invadir a ética dos profissionais e nem a vida do paciente. Dalcir diz que há pouco tempo fez um elogio para a secretaria da saúde e na semana passada um colega criticou o atendimento. Comenta de uma paciente que provavelmente seja a mesma mencionada pelo colega, que marcou consulta por seis vezes e não compareceu. Ficou sentido, pois há uma política de atendimento e muitas vezes criticar os profissionais é mais fácil ao invés de identificar o problema. Informa a Administração que a academia ao ar livre de Arroio canoas precisa de manutenção. Bernardino comenta a eficácia do município em apresentar os argumentos e conseguir a troca de bandeira, destacando que isso não significa que podemos facilitar. Diz que todos devem ser disseminadores da empatia, porque muitas pessoas gostam de arrumar encrenca por qualquer motivo. A luta do município foi muito importante. Agradece a presença de todos. Diz que não concorda que o hospital abra mão de uma área de terras, diz que sempre defendeu a entidade. Gostaria que o município tomasse uma posição quanto ao pagamento de auxílio emergencial a servidores do município. Não concorda que funcionários de forma direta ou indireta recebam o auxílio, diz que o município passa a ser corresponsável. Pedro Gilson diz que no portal há um espaço



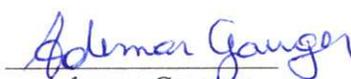
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

para denúncias. Bernardino diz que quanto ao marketing, não precisa disso. João Carlos questiona em nome dos vereadores de como está a questão do pagamento das emendas impositivas e se há previsão de pagamento. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão ordinária do dia 23 de junho de 2020. Assim sendo, lavro esta ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma. Em tempo Marino ressalta que as licenças ambientais mencionadas se referem aos anos de 2013 até 2016.



Pedro Gilson Jahn
Presidente



Ademar Gauger
Vice-Presidente



João Carlos Jahn
1º Secretário



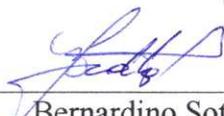
Claudir Antônio Ludwig
2º Secretário



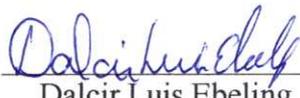
Luiz Felipe Werner
Vereador



Laudir Abel
Vereador



Bernardino Sottá
Vereador



Dalcir Luis Ebeling
Vereador



Marino Pedro Zagonel
Vereador